

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-PLDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL-PPA DO QUADRIÊNIO 2022 A 2025.

As 14h00min (quatorze horas) do dia 17 (dezessete) de março, do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), nas dependências da sala de reuniões de licitações da Prefeitura do Município de Sarandi, localizada na Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do nº. 575 - Sala 04 - sobre loja - Centro - Sarandi-Pr., realizou-se a Audiência Pública para a elaboração, discussão e apresentação dos seguintes instrumentos orçamentários: Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio 2022 a 2025; e Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024, na forma do Edital de Convocação de Audiência Pública, convocada pelo Senhor José Wladimir Garbugio, Prefeito Municipal em Exercício de Sarandi, Estado do Paraná, em atendimento as determinações contidas no Inciso I, do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000-Lei de Responsabilidade Fiscal; no artigo 44, da Lei nº. 10.257/2001, de 10/07/2001 - Estatuto da Cidade; no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 134, da Lei Complementar nº. 408/2022, de 06/06/2022, do Plano Diretor Municipal, devidamente publicado no Órgão Oficial do Município/Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição nº. 2713, na página 15, em 17 (dezessete) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), onde foram convocados os secretários municipais; servidores municipais, representantes das entidades e órgãos da administração direta e indireta deste município; conselhos municipais; associações representativas dos vários seguimentos da comunidade; entidades de classes; entidades religiosas; partidos políticos; imprensa; poderes constituídos e a população em geral. Inicialmente o Secretário Municipal de Planejamento, Senhor Alcides Ferreira declarou aberta a Audiência Pública e agradeceu a presença do Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Segurança Pública, Senhor David de Souza Cruz; do Secretário Municipal de Urbanismo Senhor Walter Volpato Junior; do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Senhor Geovani W. Cardoso; do representante do Conselho Tutelar, Senhor João Francisco Freire Neto; da Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Senhora Daniele Oliveira Sussay; do representante do Corpo de Bombeiros, Senhor Marcos Vinicius dos Santos; da Contadora da Prefeitura Municipal de Sarandi, Senhora Maiara Miranda; das representantes da Controladoria Geral, Senhoras Márcia Aleixo, Juliana Hilário de Lima Lopes e Alexandra Silva Oliveira; da representante do Conselho Municipal de Educação, Senhora Cristiane Ferreira Belizario Barbosa; do Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle Social-CACS/FUNDEB, Senhor Henrique de Sá; do Contador da Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi, Senhor Marcos Aurélio da Rosa; dos representantes do Vereador Fábio Balako, Senhora Cresia Conceição da Silva Mazia e do Senhor Amarildo; de todos os Diretores de Departamento e representantes dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como dos servidores municipais e membros da comunidade presentes, conforme Lista de Presença. O Senhor Secretário de Planejamento informou que a Audiência Pública será transmitida via web pelo sítio oficial do Município de Sarandi, Estado do Paraná, através do endereço eletrônico www.sarandi.pr.gov.br, na aba: Sala de Licitações Transmissão web. Na sequência, o Senhor Secretário apresentou os fundamentos legais previstos no artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal e normas contidas na LRF, e no artigo 107, da Lei Orgânica Municipal, onde determina que a elaboração e a execução do plano plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado e nas normas de Direito Financeiro. O artigo 35, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece o prazo de oito meses e meio antes do encerramento do exercício, até 15 de abril, para o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO à

AF



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

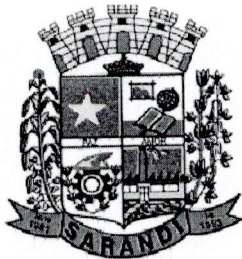
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

Câmara Municipal, concomitantemente com o Projeto de Lei de Alteração do Plano Plurianual - PPA, de forma compatível com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os instrumentos orçamentários abrangerão o Poder Executivo; a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi - PRESERV; a Autarquia "Águas de Sarandi" - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental; e o Poder Legislativo Municipal. Em seguida o Senhor Secretário de Planejamento realizou uma apresentação de slides através de data show, dissertando sobre o processo de elaboração do Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024 e do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio de 2022 a 2025. A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual. O PPA é o instrumento de planejamento municipal que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo Municipal. O Senhor Secretário Municipal destacou que os dirigentes municipais deverão levar em consideração, não apenas o que se gostaria de fazer, mas também o que se pode fazer. Ou seja, como ocorre com o planejamento de nossas ações individuais, observar as limitações de ordem econômico-financeiras e institucionais, aí compreendidas as de ordem legal. Traçar bases realistas para a elaboração das ações. Os dirigentes deverão explorar as possibilidades de compartilhamento de responsabilidades com o Estado e a União e de ação conjunta com outros municípios para a resolução de problemas comuns. Avaliação de restrições legais ao planejamento orçamentário: vinculações de receitas, limites de gastos e outras; Definição dos recursos disponíveis por órgão/entidade. Realização de audiências Públicas para a elaboração dos instrumentos orçamentários. Por ser um instrumento para atender demandas da sociedade é fundamental a participação do público interno e externo na elaboração dos instrumentos orçamentários. O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o CMS - Conselho Municipal de Saúde deverão participar do processo de elaboração e aprovar as suas respectivas ações através de Resolução. O Conselho Tutelar deverá participar do processo de elaboração da proposta orçamentária a ser submetida ao Poder Legislativo, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando garantir o seu funcionamento. Demais Conselhos Municipais também deverão participar do processo de elaboração dos instrumentos orçamentários. Destacou o Senhor Secretário Municipal de Planejamento que o processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024 deverá ser realizado de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. As diretrizes são: metas e prioridades da administração pública municipal; organização e a estrutura dos orçamentos; diretrizes específicas para o Poder Legislativo Municipal; diretrizes gerais para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações; disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais; disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município; disposições relativas à dívida pública municipal; outras disposições gerais. Integram o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO/2024, os seguintes anexos: Anexo I - Metas e Prioridades para 2024; Anexo II - Metas Fiscais, composto de: Demonstrativo das Metas Anuais; Demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior; Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores; Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo da origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; Demonstrativo da receitas e despesas previdenciárias do RPPS; Demonstrativo da projeção Atuarial do RPPS; Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; Demonstrativo da margem e expansão das despesas; Projetos em andamento; Anexo de riscos fiscais e providências. Os princípios da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO do exercício de 2024, são: desenvolvimento econômico com desenvolvimento social; desenvolvimento sustentável; igualdade, dignidade e cidadania; qualidade de vida; cidade segura; planejamento da administração pública; justiça social; controle

AF



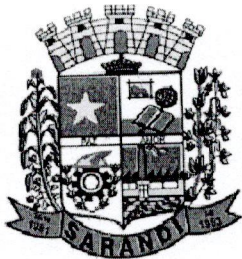
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

social; transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade. As prioridades são o desenvolvimento das ações que visem a: promoção humana e qualidade de vida da população, buscando combater a exclusão e as desigualdades sociais; atenção especial no atendimento aos direitos da criança e ao adolescente; ações voltadas às pessoas com deficiências, aos idosos e à família; infraestrutura urbana, com ênfase na acessibilidade e mobilidade; fomento econômico, industrial, geração de trabalho e renda, buscando o desenvolvimento sustentável e a promoção de políticas que ampliem o mercado de trabalho aos jovens; eficiência e qualidade na oferta dos serviços de saúde, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater a AIDS e demais doenças, enfatizando a prevenção; desenvolvimento educacional eficiente; ofertar e garantir vagas para a educação infantil e ensino fundamental, de conformidade com o plano municipal de educação, observando os critérios estabelecidos no plano nacional de educação; integração e cooperação com os governos Federal, Estadual e com os Municípios da Região Metropolitana de Maringá; valorização do patrimônio ambiental e cultural do Município; política habitacional pautada no crescimento urbano planejado; desenvolvimento ambiental sustentável; valorização da agricultura e da melhoria da qualidade de vida na Zona Rural do Município; melhoria no trânsito, no transporte e na segurança pública do Município; qualidade no abastecimento de água potável e a implementação do saneamento básico; fomentar o esporte, cultura, lazer e turismo às crianças, jovens e adultos; eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, na promoção de medidas de modernização da máquina administrativa, valorização dos servidores municipais e agilidade no atendimento e prestação do serviço público. Disse também o Senhor Secretário que as estimativas das receitas serão realizadas na forma estabelecida pelas normas técnicas e legais e estrita observância das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, de conformidade com as metas e prioridades da administração pública municipal. As unidades orçamentárias deverão atender à estrutura organizacional vigente e compreenderá todos os órgãos da administração direta e indireta. A classificação programática da receita e da despesa orçamentária obedecerá as normas estabelecidas pela Lei 4.320/64, de 17/03/64 e demais dispositivos complementares estabelecidos pela legislação vigente. A Receita Total do Município será programada de acordo com as seguintes Prioridades: custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os planos de previdência social e de ações da saúde e assistência social, conforme legislação em vigor; custeio administrativo e operacional; garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere aos repasses vinculados à educação e à saúde; pagamento de precatórios e sentenças judiciais; contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamento, das operações de crédito e da dívida pública; e reserva de contingência. Somente depois de atendidas as prioridades acima definidas poderão ser programados recursos para atender novas ações. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho de 2023, data em que terão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, observando-se os critérios de parcelamentos na forma da legislação vigente. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade. Os recursos alocados no projeto de lei orçamentária com a destinação para precatórios, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outras finalidades. O Município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder ajuda financeira a título de subvenção social, contribuições e auxílios às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico, segurança pública, trânsito, transporte, desenvolvimento urbano, e demais áreas de interesse público, que estejam registradas no



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

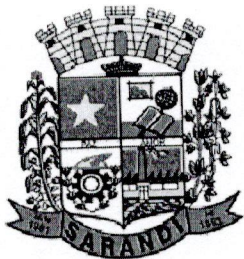
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

Conselho Municipal respectivo de cada área de atuação, na forma da legislação vigente. Para habilitar-se ao recebimento de subvenção social, contribuições e auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular de no mínimo de 12 (doze) meses, emitida no exercício de 2024 pelo respectivo Conselho Municipal da sua área de atuação e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria. As entidades privadas beneficiadas prestarão contas bimestrais dos recursos recebidos ao Poder Executivo, ficando proibido novo repasse, caso tenha prestação de contas pendente ou falta de regularidade fiscal. As entidades privadas deverão se enquadrar nos termos da Resolução nº. 28/2011, Resolução 46/2014 e da Instrução Normativa nº. 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e que estejam com as certidões do Órgão em dia, observando-se os dispositivos contidos na Lei 13019/2014, alterada pela Lei 13204/2015, do Governo Federal e na forma do Decreto Municipal nº. 510/2018, de 19/01/2018. É vedada a aplicação da receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, conforme artigo 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no mínimo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida. A Reserva de Contingência destina-se a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº. 101/2000. Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro de 2024, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados ao reforço das demais dotações orçamentárias a partir do mês de outubro do mesmo ano. Conforme Lei Complementar nº. 101/2000, de 04/05/2000 – LRF, elaborar e publicar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, os seguintes instrumentos individualizados da administração direta e indireta e do Poder Legislativo: Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; Metas mensais de arrecadação, com a especificação das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa. O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o referido exercício. As entidades da administração indireta deverão enviar ao Poder Executivo até 20 (vinte dias) após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso; e as Metas Mensais de Arrecadação. Se verificado, ao final de cada mês, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, os poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, programando a despesa de acordo com as seguintes prioridades: custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais; pagamento de amortização e encargos da dívida; contrapartida das operações de crédito. Somente depois de atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, conforme Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual abaixo indicado, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº. 25/2000 e nº. 58/2009: 7% (sete por cento) com população do Município de até 100.000 (cem mil) habitantes; 6% (seis por cento) com população do Município entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes. O

[Handwritten signature]



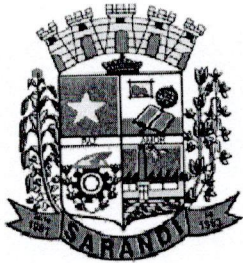
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal. A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal. O Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo Municipal sua proposta orçamentária para o exercício de 2024, para fins de consolidação, até o dia 31 de julho de 2023, observadas as disposições legais. As despesas com pessoal do Poder Executivo, incluindo a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, observando-se o limite prudencial de 95% (noventa e cinco por cento) fixado no artigo 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04/05/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal. As despesas com pessoal do Poder Legislativo, incluída a remuneração dos agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais, não poderão exceder 6% (seis por cento) da receita corrente líquida. O reajuste salarial será de acordo com a variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC de 2023 ou de outro índice que venha substituí-lo, incidindo sobre o vencimento base do mês de dezembro de 2023, a partir de 01 de janeiro de 2024, mediante Lei Municipal. O piso mínimo de vencimentos dos servidores será fixado por Lei Municipal, com base no valor do salário mínimo vigente no país, acrescido do percentual de 3,60% (três vírgula sessenta por cento), a partir de 01/01/2024. O Poder Executivo fica autorizado a fornecer Auxílio Alimentação aos servidores efetivos ativos da administração direta e indireta do Município de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei Complementar nº. 355/2017, de 11/12/2017, alterada pela Lei Complementar nº. 380/2020, de 11/03/2020 e demais alterações vigentes. O servidor efetivo ativo detentor de dois vínculos empregatícios com o Município fará jus ao Auxílio Alimentação de apenas um dos vínculos. O Poder Legislativo fica autorizado a fornecer Auxílio Alimentação aos servidores comissionados e efetivos ativos da Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, na forma da Lei específica. O IPTU de 2024, incluindo as Taxas que o compõe, bem como a Taxa de Coleta e Destino Final do Lixo Urbano, terá um desconto de 10% (dez por cento) sobre o total lançado para pagamento a vista até a data do seu vencimento. Os procedimentos de lançamento e arrecadação da contribuição de melhoria serão realizados de conformidade com a legislação específica vigente. Os tributos municipais poderão ser corrigidos monetariamente para o exercício de 2024, de conformidade com a variação inflacionária ocorrida no ano de 2023, apurada pelo IPCA-IBGE, ou outro indexador que venha substituí-lo. Ficam concedidos os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, conforme detalhamento no anexo de metas fiscais - estimativa e compensação da renúncia de receita, na forma das exigências dispostas no artigo 14, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, § 3º, II, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, isenção, subsídio, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução de tributos ou contribuições e a implantação de programa de recuperação fiscal, com a finalidade de promover a regularização e recebimento de créditos tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, deverão atender ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário. O Poder Executivo Municipal poderá criar programa de incentivo aos contribuintes que estiverem em dia com o pagamento de impostos e taxas municipais, através do sorteio de premiação de bens móveis. Os orçamentos da administração direta e indireta do Município de Sarandi, Estado do Paraná, para o exercício de 2024, deverão destinar recursos para o pagamento da dívida pública



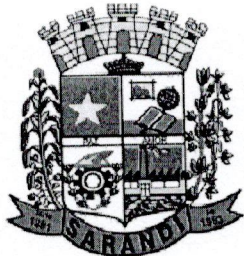
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

municipal, legalmente contraída. Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, receitas relativas das operações de crédito contratadas ou aprovadas até 31 de agosto de 2023. A contratação de operações de crédito fica limitada ao montante da despesa de capital, devendo ser utilizada somente para despesas com investimentos. O Poder Executivo Municipal poderá realizar operação de crédito, através de antecipação de receita orçamentária, para atender exclusivamente insuficiência de caixa durante o exercício financeiro de 2024, na forma da lei. As obras já iniciadas sob a responsabilidade do governo municipal, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e ou conclusão. São vedadas quaisquer autorizações pelos ordenadores de despesas, sem a comprovação da suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos artigos 15 e 16, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica vedado ao titular do Poder Executivo e Legislativo, seus órgãos, entidades e fundos da administração direta e indireta, nos últimos dois quadrimestres dos seus mandatos, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme determina o art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Abrir créditos suplementares até o limite de 25% do total da despesa fixada no orçamento, para suprir as dotações que resultem insuficientes. Não serão computadas para esse limite, as suplementações decorrentes de: remanejamentos de dotações referentes a recursos transferidos, vinculados e de operações de crédito; excesso e tendência de arrecadação sobre a previsão orçamentária; superávit financeiro do exercício de 2023; entre elementos de despesa da mesma natureza orçamentária; e transposição orçamentária. O Chefe do Poder Executivo Municipal enviará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual, do exercício financeiro de 2024, até o dia 31 de agosto de 2023 e o Poder Legislativo Municipal o apreciará e o devolverá até o encerramento da sessão legislativa. Chefe do Poder Executivo e dirigentes dos órgãos da administração direta e indireta, deste Município, ficam autorizados a firmarem convênios com órgãos e entidades do governo federal, estadual ou municipal ou com entidades de direito público ou privado, visando à formalização de acordos, parcerias ou cooperações para o desenvolvimento de projetos, programas ou ações de interesse da municipalidade. O Senhor Secretário ressaltou que os dirigentes dos órgãos da administração direta deverão solicitar pauta para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando a aprovação de suas políticas públicas através de Resolução. Disse também o Senhor Secretário que foi disponibilizado no sitio oficial do Município de Sarandi, na Secretaria de Planejamento, uma aba destinada ao Munícipe realizar a sua sugestão na área pretendida para a elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual - PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO para o exercício de 2024. Até a data de realização da audiência pública foram apresentadas as seguintes sugestões por parte de munícipes: destinar recursos para a coleta seletiva, visando ampliar a estrutura da cooperativa e conceder carrinho para o catadores de materiais recicláveis; construção de calçadas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, física e mobilidade reduzida; destinar recursos para implementação da política pública de segurança alimentar e nutricional por meio das hortas comunitárias urbanas; combater os maus-tratos aos animais abandonados, principalmente cachorros, cavalos, jabutis; realizar reformas e ampliação das escolas municipais; maior investimento no efetivo das forças de segurança do município e aumentar as rondas dos GCMs para proporcionar mais segurança e tranquilidade ao sair nas ruas. As referidas sugestões foram devidamente encaminhadas para os respectivos órgãos de destino da administração direta e indireta, visando as providências cabíveis, também para o gabinete do prefeito municipal e para a Controladoria Geral do Município. Após as explanações e orientações para a elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024, o Senhor Secretário Municipal de Planejamento abriu espaço para a discussão necessária. O representante



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Cx. Postal 71 – CEP. 87111-230

Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3264-8600 - Site: www.sarandi.pr.gov.br

SARANDI - PARANÁ

do Conselho Tutelar, Senhor João Francisco Freire Neto, disse da importância e necessidade do Conselho Tutelar discutir previamente as políticas públicas da criança e do adolescente com os órgãos diretamente envolvidos, antes de submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, cuja proposta foi repassada para as representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e também para o Presidente do CMDCA. A Senhora Renilda da Silva Souza, representante da Secretaria Municipal de Educação, disse da necessidade de criar ação orçamentária para o atendimento da prestação de serviços de psicologia e de serviço social, na Secretaria Municipal de Educação, visando dar cumprimento a Lei Federal 13.935/2019, de 11/12/2019. A Senhora Amanda Bernardes, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, disse sobre a importância de criação de ação orçamentária destinada ao serviço de atendimento da família acolhedora. A Senhora Mariane Martins, disse em nome do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, a necessidade de criar ações orçamentárias destinadas à implantação do Parque de Exposições Municipal, com a finalidade de incentivar e fomentar o comércio, indústria e serviços na municipalidade. O Senhor Secretário de Planejamento reforçou aos dirigentes e representantes dos órgãos da administração direta e indireta da municipalidade, a agilidade no processo de levantamento das ações em desenvolvimento e demandas da população para a definição das metas e prioridades para o exercício de 2024 e a consequente consolidação das informações pela Secretaria Municipal de Planejamento, na forma da legislação vigente. Os dirigentes e representantes dos órgãos da administração direta e indireta do Município concluíram que dentro de uma semana repassarão todas metas e prioridades e demais informações necessárias. Após o debate democrático do processo de elaboração do Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, o Secretário Municipal de Planejamento, Senhor Alcides Ferreira, agradeceu a importante presença de todos, destacando a valorosa contribuição de todos neste processo de elaboração destes relevantes instrumentos orçamentários, que contemplam o desenvolvimento de ações, metas e prioridades do Governo Municipal, objetivado a melhoria da qualidade de vida da população. O Senhor Secretário de Planejamento disse que o Projeto de Lei de alteração do Plano Plurianual-PPA do quadriênio 2022 a 2025 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias-PLDO para o exercício de 2024 será encaminhado até o dia 15 de abril do corrente exercício à apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Vereadores e disponibilizado no Portal da Transparência no Sítio Oficial do Município, no endereço www.sarandi.pr.gov.br, na aba de publicação de projetos de leis orçamentárias, na forma da legislação vigente. Na certeza de que as dúvidas foram devidamente esclarecidas, o Senhor Secretário Municipal de Planejamento encerrou a Audiência Pública, da qual foi lavrada a presente ata que segue assinada por mim, Daiane Anselmo de Azevedo Perles, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, que a lavrei, pelo Senhor Alcides Ferreira, Secretário Municipal de Planejamento e por quem mais assim desejar.

Daiane Anselmo de Azevedo Perles